



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO – MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
CAIXA POSTAL Nº 01171 – CEP 01059-970 – São Paulo; No Nordeste escreva para CAIXA POSTAL Nº 221 - Fortaleza - Ceará - CEP 60001-970  
ANO V - nº 66 - 2ª quinzena de março de 1994 - CR\$ 150,00 - Solidário CR\$ 300,00

## **Plano econômico do governo:**

- **Confisco salarial**
- **Aumento de impostos**
- **Cortes nos gastos públicos com educação e moradia**
- **Cortes nos investimentos de Estados e Municípios**
- **Pagamento das dívidas externa e interna**

## **Plano operário:**

- **Salário Mínimo Real de 500 dólares**
- **Escala móvel de salário e de emprego**
- **Fim das demissões - Divisão do trabalho por todos sem redução salarial**
- **Saúde, educação, terra, moradia para todos**
- **Não pagamento da dívida - rompimento com o imperialismo**

**Organizar a greve geral por tempo indeterminado!**

**Abaixo o plano pró-imperialista e de fome do governo Itamar!**

# O Plano da fome e do desemprego

Um plano econômico é um conjunto de medidas que objetiva estabilizar a economia em crise. Trata-se da crise do sistema capitalista de exploração do trabalho assalariado. Esta é a razão pela qual o Plano de Fernando Henrique atinge violentamente as condições de vida da maioria trabalhadora. Por outro lado, se destina a proteger a acumulação de capital, baseada na exploração da força de trabalho. Assim, o plano econômico é um conjunto de medidas voltado a proteger a burguesia (capitalistas) contra a desagregação de seu próprio sistema de escravidão assalariado.

A fórmula encontrada para esta tarefa foi a de expurgar parte da inflação dos reajustes salariais, utilizando-se da conversão pela média dos últimos 4 meses. Este método de cálculo é um roubo descarado a favor dos capitalistas. Além da média evitar a reposição integral da inflação passada, expurga a inflação do mês de fevereiro. Eis porque, pelos cálculos do Dieese, as perdas vão de 27% a 37%. Mas o roubo não pára aí. Os salários convertidos em URV serão pagos em cruzeiros, até que se introduza a nova moeda real, o que quer dizer que nesse período a inflação continuará comendo parte dos salários, a partir do recebimento. Um outro problema: os próprios economistas burgueses reconhecem que haverá inflação em URV, embora mais baixa. Entretanto, pelo Plano somente depois de um ano se poderá rever perdas salariais. Vemos

que para a exploração funcionar plenamente os salários têm de ser controlados pelo Estado (governo) e os preços têm de ser livres. Assim, aumenta-se a miséria dos trabalhadores e a riqueza dos capitalistas.

O Plano também é recessivo. Ao contrário do que disse o governo não está a serviço do desenvolvimento econômico. Funciona na verdade para desativar a economia. O que quer dizer quebrar parte das forças produtivas, ou seja, desativar máquinas e reduzir postos de trabalho. É um princípio da política econômica neoliberal de que os desequilíbrios financeiros e a inflação devem ser combatidos com a recessão (quebra de forças produtivas), para depois haver uma reativação. É assim que o Plano neoliberal do governo Itamar ampliará o flagelo do desemprego, avolumando o enorme exército de desempregados crônicos.

Quais são as medidas do Plano que levam à recessão? Ele combina o confisco salarial com a redução dos investimentos estatais, aumento de impostos, manutenção das altas taxas de juros e proteção às atividades especulativas do capital financeiro (agiotagem). Através do chamado Fundo Social de Emergência, o governo federal reduziu verbas para os estados e municípios, para a educação e moradia. O acordo com os partidos burgueses de não mexer nos recursos da educação e moradia não assegura nem mesmo o mínimo necessário para o funcionamento precário dos serviços públicos. Como vemos, trata-se de um Plano reacionário contra a maioria explorada do país.

## Um Plano antinacional (pró-imperialista)

O Ministro da Fazenda diz que seu Plano é a condição para acabar com a inflação, que corrói os salários e desorganiza o mercado. Os técnicos argumentam que o controle da inflação melhorará o poder aquisitivo dos assalariados e aplinará o caminho para a retomada do chamado "desenvolvimen-

to sustentado", que quer dizer por um longo período. Esta conversa ouvimos dos Ministros Dilson Funaro (Plano Cruzado I e II), Bresser Pereira (Plano Verão), Zélia Cardoso (Plano Collor) etc. Entretanto, os resultados foram sempre os mesmos: confisco salarial, aumento do desemprego, concentração de renda, proteção à especulação financeira, cortes nos serviços sociais, privatizações e continuidade da alta dos preços.

Mesmo que o governo consiga controlar a inflação por um período, como na Argentina, as massas continuarão a carregar o peso da crise capitalista. A carestia e a miséria ampliada com o desemprego são consequências inevitáveis no capitalismo em desagregação, enquanto o operariado e as massas permanecerem passivos frente aos ataques do capital. É preciso entender os fundamentos da desestabilização econômico-financeira do capitalismo, para melhor combater os planos do flagelo

A inflação é apenas um sintoma e não a doença. É como a febre num organismo enfermo. O que o governo, seus partidos, sua imprensa, a burocracia sindical vendida e seus economistas corrompidos fazem é acobertar a raiz do problema. Ocorre que a economia do Brasil está submetida a uma dívida interna e externa insuportáveis. Mais de 50% de tudo que o governo arrecada são destinados para o pagamento de títulos da dívida pública e da externa. Basta que se veja que o negócio mais lucrativo tem sido as aplicações financeiras, que têm dado aos banqueiros rios de dinheiro. Assim, o Orçamento Federal é colocado em grande parte a serviço da agiotagem. E a política econômica do governo é refém dos interesses dos banqueiros e monopólios industriais. Sem dúvida, o confisco do capital financeiro dos grandes aplicadores e o não pagamento da dívida externa golpeariam imediatamente a fonte da inflação. Por outro lado, o controle dos monopólios reforçaria o combate as altas artificiais dos preços. Ocorre que estas medidas jamais poderão ser aplicadas por um governo capi-

## Adquira os materiais do POR:

A Revolução Agrária no Brasil .....	CR\$ 300,00
Crítica Programática ao PSTU .....	CR\$ 600,00
A Greve dos Professores de 1993 .....	CR\$ 600,00
Resoluções do III Congresso da T POR .....	CR\$ 600,00
Revolução Proletária (Revista do Comitê de Enlace) .....	US\$ 3,00



talista. Isto porque o Estado pertence aos banqueiros e aos monopólios.

O endividamento constante do Estado para com os grandes grupos econômicos é a condição para o capitalismo continuar funcionando, na situação de crise geral (internacional) de superprodução. O excesso de massa financeira (dinheiro circulante) não pode ser aplicado na produção, que se encontra bloqueada pelo estreitamento do mercado mundial. O investimento produtivo maciço levaria a uma explosão da crise de superprodução. Enquanto isso milhões e milhões de seres passam fome. O empobrecimento constante das massas e o estreitamento das possibilidades de mercado são resultantes da exploração da força de trabalho e da apropriação capitalista da riqueza produzida. O choque entre as forças produtivas (trabalho e máquinas) que necessitam crescer e as relações capitalistas baseadas na propriedade privada (monopolista) dos meios de produção é a fonte geradora de toda crise. Isto se expressa a nível nacional, de acordo com as particularidades de cada país. A crise capitalista no Brasil é expressão desta lei geral e da desagregação mundial.

O Plano Fernando Henrique responde às pressões da desintegração geral do capitalismo. O chamado "ajuste fiscal" é uma exigência do FMI para que o Estado tenha caixa para continuar pagando os agiotas internos e externos. Ou seja, se saqueia parte dos salários com a inflação, confisco salarial direto, cortes nos serviços sociais e com mais impostos. Vemos que o governo dos capitalistas não tem como atingir o capital financeiro parasitário, porque ele é a expressão do capitalismo na sua fase de desintegração. Qualquer homem da rua indaga porque é que um país tão fértil em terras, em mão de obra e com um relativo desenvolvimento industrial está obrigado a fazer a recessão, quando o desemprego já é amplo e a miséria consome a vida de grande parte da população. Está aí a tremenda contradição do capitalismo.

O conjunto de medidas não vêm para alavancar a economia nacional. Ao se buscar o superávit fiscal (dinheiro em caixa) para continuar pagando a monstruosa dívida interna e externa, o governo submete o Estado aos interesses das potências credoras imperialistas. Protege o grande capital, reduzindo a potencialidade econômica interna (recessão) e atacando frontalmente a vida das massas. Eis porque o Plano é antinacional e antipopular.

### Um Plano privatizante

Os burocratas do governo explicam que este Plano será globalizante. Com isso querem dizer que atacará em todos os aspectos econômicos e sociais. A continuidade da privatização das estatais é uma das metas. Os leilões anteriores não chegaram a atingir a meta essencial, que é a da quebra do monopólio estatal do petróleo, minas e energia e telecomunicações. O grande

capital imperialista exige o entreguismo aberto. Dada as divergências no seio da burguesia e do Parlamento, um dos primeiros passos é o de privatizar parte das atividades. Mas a meta globalizante não se atém a isso.

O governo pretende colocar nas mãos dos grupos econômicos toda atividade estatal, que permita negócios e lucratividade. É o caso da Previdência Social, transportes, educação e saúde. A Previdência, uma vez sob o controle dos capitalistas, servirá unicamente à minoria enriquecida e a uma camada de assalariados reduzida. Com a privatização deste setor, virá a implantação da aposentadoria por idade, abolindo o sistema por tempo de trabalho. Também se acabará com as aposentadorias especiais, como a dos professores e das áreas de riscos. Estas medidas são necessárias para tornar viável a exploração da Previdência Social. O governo ao se livrar desta responsabilidade pretende gastar menos e ter mais caixa para pagar os parasitas credores (também para alimentar o bando de corruptos da política burguesa). A conversa da descentralização e municipalização da saúde e educação vai pelo mesmo caminho da mercantilização e exclusão da maioria explorada.

### O poder dos monopólios

De vez em quando o governo Itamar reclama dos monopólios que elevam os preços acima da inflação. Ficou famoso o caso do poder da indústria química-farmacêutica, que num país de miseráveis e doentes, mantém os preços inacessíveis à maioria da população. Apesar das denúncias e das ameaças do governo de puni-la, os remédios continuam a valer ouro. Agora, mais uma vez, se diz que o Plano depende da colaboração dos oligopólios. Somente nas últimas semanas anteriores ao lançamento do Plano, os preços controlados pelos monopólios deram um salto extraordinário. Diz o Ministro Fernando Henrique Cardoso que na conversão dos preços em URV estes não poderão estar acima da média dos últimos 4 meses. Inúmeros políticos do PSDB, PMDB, etc reclamam que sem a colaboração da grande indústria monopolizada (também do comércio, dominado por um punhado de supermercados) não é possível implantar com êxito a nova moeda.

Tudo isto mostra que as multinacionais (capital estrangeiro) e alguns grupos do grande capital nacional (quase sempre associado ao capital internacional) é que determinam o destino da economia e da própria política econômica do governo burguês. Um número reduzido de ramos da produção (automobilístico, químico-farmacêutico, cimento, alimentos, eletro-eletrônico etc) subordina o conjunto das forças produtivas do país e determina o funcionamento do mercado. Conforme avança a crise financeira do Estado e a explosão inflacionária, o governo burguês se vê obrigado a lançar Planos "estabilizadores". Abre assim conflitos com as mais

poderosas frações capitalistas. Mas logo se vê impotente frente ao domínio dos monopólios. O Plano URV não escapa a esta lei do capitalismo da era monopolista. Por isso, o governo manobra apresentando projetos de lei que aparentemente visam controlar o poder dos monopólios, mas que na prática só servem para acobertar que os planos são feitos justamente para proteger os lucros desses grupos, às custas de ataques às condições de vida dos assalariados. Assim volta todo o peso da desagregação econômica contra as massas famintas.

### Os reformistas e a burocracia sindical frente ao Plano

A Força Sindical do direitista Medeiros logo se pronunciou a favor das medidas, ressaltando apenas que não poderia admitir a redução salarial. A direção da CUT reconheceu imediatamente que a conversão pela média impunha o arrocho. Os metalúrgicos de São Paulo, dirigidos por Medeiros, foram convocados a fazerem uma paralisação de 24 horas. E a CUT vem ameaçando com a greve geral. Para o dia 16 marcou nacionalmente atos de protestos (dia nacional de luta). A Força Sindical, que procurou sair na frente com a mobilização, rapidamente mostrou que seu objetivo era conseguir na Justiça do Trabalho uma conciliação para que se reduzisse em 50% a perda da inflação de fevereiro. O que o pelego questiona é o expurgo integral de um mês (fevereiro). Pouco se importa com o expurgo da conversão pela média.

Está claro que o direitista manobra com os metalúrgicos para acobertar seu apoio ao Plano antipopular. Por sua vez, os reformistas da CUT apenas latem na porta do governo. O que querem é pressionar o Parlamento para que reduza o violento confisco salarial. De forma alguma os burocratas vinculados ao PT atacam o Plano de conjunto. Assim, a Força Sindical e o cutismo-petista (Articulação) estão de mãos dadas para sustentar as medidas reacionárias do Estado burguês. O máximo que estão dispostos a fazer, caso cresça a

NACIONAL



pressão dos explorados e o governo se mantenha irredutível, é uma greve limitada e distracionista de 24 horas.

O PT acusa corretamente o fato do Plano de dolarização ter sido arquitetado desde Washington (Estados Unidos). O que quer dizer um Plano pró-imperialista. Entretanto, a sua direção nacional aprova uma resolução

eleitoreira e covarde. O último item da nota da CEN (Contra o Plano FHC-2) diz: "No Congresso Nacional o PT não concorrerá para a aprovação global do Plano Fernando Henrique Cardoso-2". A palavra global diz tudo. Apoiará em parte o Plano confeccionado em Washington. Eis porque a oposição às perdas salariais e à concentração de renda não passa de palavreado, a ser utilizado nas eleições presidenciais. O reformismo social-democrata petista, que aspira uma aliança eleitoral com o PSDB de Fernando Henrique Cardoso, com sua oposição demagógica, acaba por avalizar o "Plano de Washington".

### A resposta operária ao Plano

As massas não podem aceitar nenhum sacrifício a favor dos capitalistas e de seu governo. É necessário rechaçar integralmente o Plano antinacional e antipopular. A maneira de lutar contra ele é levantar as reivindicações operárias e populares. Exigimos a reposição total das perdas, inclusive do governo Collor. Não aceitamos o salário mínimo de 64,5 URV, que equivalerá finalmente a 64,5 dólares, no momento em que se lançou o Real.

Defendemos um salário mínimo de 500 dólares, que permite a sobrevivência de uma família de 4 pessoas. Para se manter o poder de compra dos salários, é preciso conquistar a escala móvel de reajuste. Esta repõe automaticamente a inflação presente, se sobem os preços, reajustam-se os salários na mesma proporção. Este é o único mecanismo capaz de fato de se contrapor à inflação e ao consequente confisco salarial. É por isso que os partidos burgueses, o Congresso Nacional e os capitalistas a rejeitam terminantemente.

Na plataforma operária entra a defesa do trabalho para todos. O desemprego é um dos maiores flagelos do capitalismo. Contra o Plano recessivo e o desemprego, defendemos a redução da jornada de trabalho para 6 horas (sem redução de salário). Se com esta jornada ainda houver desemprego, exigimos maior redução ainda, ou seja, a implantação integral da escala móvel das horas de trabalho, que quer dizer dividir as horas nacionais trabalhadas entre todos aqueles aptos ao trabalho.

Ao contrário da redução das verbas sociais, trata-se de levantar a bandeira de estatização de todo o sistema de saúde e educação. Que se destine verbas necessárias para que a saúde e o ensino públicos e gratuitos atendam toda a população. Não devemos permitir que a desintegração capitalista aumente a ignorância das massas e as mantenha enfermas.

Contrapomo-nos a toda e qualquer privatização, defendendo o estatismo sob o controle dos trabalhadores. É parte dessa luta antiimperialista o não pagamento da dívida interna e externa, sob o controle do grande capital. A economia de bilhões de dólares destinados a juros e correções é suficiente para reativar a produção e melhorar as condições de vida dos assalariados.

Nas cidades, milhões de pessoas não têm onde morar. No campo, milhões de agricultores não têm terra para trabalhar. O Plano operário defende as ocupações urbanas e rurais de terras. Exigimos que a indústria da construção civil se volte para solucionar o problema da moradia. E que as terras dos latifundiários sejam entregues aos camponeses. Sem dúvida, o governo e a burguesia rechaçam estas medidas populares. Então a nossa luta é pela implantação do controle operário da produção e expropriação do grande capital monopolista.

Os banqueiros são responsáveis pela agiotagem e pela explosão inflacionária. Os oligopólios industriais e a grande rede comercial acumulam riquezas incalculáveis às custas da fome e miséria da maioria. A estatização destes ramos permite colocar a economia a serviço da maioria trabalhadora. A luta pela implantação do controle operário da produção, que quer dizer colocar a economia sob o domínio de quem de fato produz, é um passo para a expropriação e estatização do grande capital.

A burguesia esbanja uma fábula de dinheiro público com a corrupção. Esta é inerente ao funcionamento do Estado e de sua ditadura de classe contra a maioria oprimida. Basta ver que a CPI do Orçamento não passou de uma farsa, para enganar os assalariados e revitalizar o Congresso desmoralizado. Os João Alves e Companhia estão até hoje usufruindo de toda liberdade para gastar os milhões de dólares roubados, quando o governo corta verbas dos serviços públicos. Contra isto, levantamos a bandeira da formação Tribunais Populares, que significa colocar nas mãos das massas o poder de punir os corruptos.

O Plano operário de libertação das massas da pobreza e miséria combina as reivindicações mais elementares (salário, trabalho, educação, saúde, moradia, etc) com medidas de transformação da base econômica capitalista para a socialista através da expropriação dos meios de produção. A tarefa de liquidar com os latifúndios e com a propriedade monopolista dos meios de produção atinge a raiz da barbárie do sistema capitalista de exploração do trabalho. Sem harmonizar as forças produtivas e as relações de produção, transformando a propriedade privada em coletiva (socialista), as massas não poderão se emancipar da opressão social. O Plano violento de arrocho e desemprego do governo Itamar apenas expressa o esgotamento histórico do capitalismo. Este será soterrado pela revolução proletária e implantação de um governo operário e camponês, que encarne a ditadura de classe do proletariado contra a minoria capitalista. Por isso, trata-se da libertação do país do jugo imperialista e do regime de exploração capitalista. O Plano operário contra a crise e suas consequências sociais só pode ser antiimperialista e anticapitalista.

### Organizar a luta desde já

Está claro que a burocracia direitista e reformista dos sindicatos e Centrais já capitularam diante do Plano. O controle dos organismos operários por esta casta vendida é um grande obstáculo para os explorados levantarem seu plano antiimperialista e anticapitalista em resposta aos ataques do governo. Entretanto, a crise vem obrigando as massas a se mobilizarem. Estas tendem a se chocar com a orientação pró-patronal da burocracia sindical. A organização do movimento nacional contra o Plano passa pelo combate à conciliação de classe. A defesa das reivindicações elementares é o ponto de partida para o desenvolvimento da luta direta dos trabalhadores.

A resposta eficaz à violência burguesa está na greve geral por tempo indeterminado. O correto é convocar assembleias sindicais, populares e estudantis para aprovarem o Plano Operário de resposta a crise e organizarem a campanha nacional pela derrubada do Plano do governo burguês. Caso a burocracia não tenha outra alternativa senão chamar a greve geral por 24 horas, trata-se dos operários, camponeses, estudantes e oprimidos em geral intervirem para organizá-la muito bem, de forma que páre toda produção e que as massas saiam às ruas por todo o país, criando as condições políticas para a greve geral por tempo indeterminado. A formação de comitês nos locais de trabalho e estudo é a condição para as massas organizarem um movimento consistente oposto à disposição de ferro do governo de impor totalitariamente a miséria e a fome.



# Frente Revolucionária discute Plano FHC e delibera campanha contra o ataque aos salários

No último dia 26 de fevereiro aconteceu a plenária da Frente Revolucionária que discutiu o plano FHC. Na ocasião, militantes do Grumale, PLP, Liga Comunista, do POR e independentes avaliaram as novas medidas econômicas, a situação política do país e tomaram resoluções práticas. Em resumo, discutiu-se o seguinte:

O plano FHC não é uma medida tomada exclusivamente a partir das necessidades da burguesia nacional ou da crise econômica brasileira. Trata-se de um conjunto de medidas que objetiva atender às pressões do imperialismo, no sentido de garantir os compromissos com as dívidas externa e interna, às quais se dedica a maior parte dos gastos do governo. A justificativa de que trata-se de um plano para zerar os gastos públicos e com isso reduzir a inflação é uma mentira, porque a inflação é determinada pelos monopólios econômicos capitalistas, que impõem preços à vontade, como demonstram os aumentos abusivos de preços de remédios, alimentos etc. O objetivo do plano é aumentar impostos e cortar gastos públicos para arrumar dinheiro para pagar as dívidas e manter os lucros do parasitismo financeiro. E reduzir salários para favorecer os capitalistas nacionais que são assim compensados pelos cortes no orçamento, do qual saía o dinheiro para as mamatas e a corrupção eleitoral.

O plano é recessivo porque reduzirá o poder aquisitivo dos salários, que arrojados não permitirão gastos. E porque atacará a produção voltada ao mercado externo por causa da valorização artificial da futura moeda nacional, o Real, em re-

lação ao dólar.

Existe também na burguesia a preocupação eleitoral. Realizar eleições gerais numa conjuntura de inflação de mais de 50% ao mês e sob acirramento da luta de classes é indesejável para a burguesia. Por enquanto, a maioria burguesa ainda rejeita a candidatura de Lula, que seria favorecido pelo desgaste governamental com a crise econômica em escalada. E ainda não existe um candidato da burguesia ao redor do qual se alinhe uma ampla frente de frações burguesas, que lhe permita vencer as eleições e manter um mínimo apoio partidário no Congresso. O plano, que tem condições de reduzir a inflação pelo menos momentaneamente, servirá para conter a insatisfação popular e dar mais estabilidade ao processo eleitoral.

O arrocho trazido pelo plano situa-se na faixa entre 16 e 37% de perdas salariais. O cálculo pela média é a causa dessa redução no salário. Além de manter as perdas passadas, o plano institui uma redução nos salários daqui para frente, baseada num período de altíssima inflação (cerca de 40% ao mês). E os preços dispararam na primeira semana do plano, o que aumenta ainda mais o arrocho, sem falar que serão convertidos mais tarde pelo pico, enquanto os salários já se transformaram na média arrojada do último quadrimestre.

Por isso o plano é antinacional e antipopular. Trata-se de tomar uma posição clara de conjunto contra o plano. As posições da burocracia sindical, de fazer apenas críticas secundárias ao plano, de reivindicar apenas um arrocho menor nos salários, é uma traição aos trabalhadores e uma posição entre-

guista ao imperialismo.

Existe a possibilidade da CUT chamar uma greve geral de 24 horas. Entendemos que um protesto pode cumprir um papel importante na luta contra o plano se estiver ligado a uma campanha que aponte para a greve por tempo indeterminado. Fazer um protesto limitado a um dia, de pressão institucional sobre o governo e o Congresso, além de não adiantar, é contraproducente porque joga água fria sobre a tendência de luta dos assalariados e expõe as lideranças aos ataques patronais. No caso de convocação da greve por um dia, a Frente apoiará a greve com todas as suas forças, e trabalhará para que a luta se estenda rumo à greve geral por tempo indeterminado.

A CUT deve chamar já uma greve geral por tempo indeterminado contra o plano. É a única forma para enfrentá-lo nacionalmente. A Frente Revolucionária deverá fazer uma campanha nesse sentido, com panfletos, para agitação e esclarecimento nas fábricas e ruas, e com um cartaz.

NACIONAL



# Programa do PT para governo Lula tem influência neoliberal

O secretário do PT, Marco Aurélio Garcia, tem se colocado na imprensa defendendo as novas posições que o PT tomará durante a campanha eleitoral. Algumas dessas novas posições merecem destaque:

Nacional

Garcia diz que o PT deverá rever sua posição em relação ao capital estrangeiro. Atualmente, o capital nacional é privilegiado em relação ao estrangeiro pela Constituição, que lhe concede facilidades fiscais, comerciais etc. O PT proporá e apoiará as iniciativas no sentido de rever o tratamento em relação ao capital estrangeiro, dando-lhe os mesmos direitos do capital nacional. O que quer dizer que os capitalistas estrangeiros poderão atuar como bem entenderem na economia brasileira, utilizando-se inclusive das diferenciações impostas por suas legislações em seus países contra qualquer ousadia de capital brasileiro (prote-

cionismo). Se puser em prática essa posição, o PT estará contribuindo para o favorecimento do capital estrangeiro, que se aproveitará para aumentar sua participação no mercado e, conseqüentemente, aumentar a quebradeira na indústria nacional, adquirirá mais títulos de dívidas brasileiras e abocanhará uma fatia ainda maior do orçamento federal, ampliará seu domínio sobre setores estratégicos da economia através da aquisição de estatais e constituição de oligopólios etc.

Trata-se de uma posição claramente entreguista. A aplicação deste conceito neoliberal aumentará a opressão nacional sobre o país. Uma das explicações para essa virada nas posições petistas é a necessidade eleitoral de estabelecer uma aliança com os partidos burgueses, submetidos aos ditames do FMI, para as eleições presidenciais e para dar estabilidade ao futuro governo no Congresso. Mas vai além disso.

No capitalismo, nenhum governo se constitui institucionalmente sem o apoio do poder econômico. O que quer dizer que a condução do Estado burguês só pode ser feita por um governo burguês. Se eleito, o governo de Lula não escapará disso. Será um governo que estará comprometido, ou, mais precisamente, a serviço do capital. Na fase

atual, de crise de sobreprodução do imperialismo, a burguesia internacional, imperialista, pressionada pela destruição das forças produtivas mundiais e reconcentração de mercados e capitais. É a isso o que levam os planos neoliberais aplicados aos países atrasados. As burguesias nacionais são submissas ao imperialismo por seus interesses econômicos e históricos. Por isso, atualmente, os governos dos países atrasados só podem cumprir um papel reacionário de aplicação do neoliberalismo. Essa é principal razão da virada petista no rumo do neoliberalismo: o reformismo já está se preparando para assumir a função de instrumento de aplicação dessa política reacionária, ainda que expresse ambigüidades nacionalistas.

Por isso está colocado a crítica programática clara e rígida contra o reformismo, para que ele não arraste as massas a apoiarem a estratégia burguesa reacionária, mas se coloquem por lutar com suas próprias forças (a ação direta) para enfrentar a ofensiva antinacional e antipopular e se coloquem no caminho da destruição do domínio da burguesia submissa e da construção do governo operário e camponês, que só pode ser resultado da revolução proletária.

8 DE MARÇO

## DIA DA MULHER

No dia 8 foi comemorado o dia da mulher. As manifestações no Brasil serviram para denunciar a crescente prostituição. Esta velha chaga da sociedade de classe, onde o homem oprime o homem, ganha projeção com a crise econômica, que se converte em crise social. As informações de que se amplia a prostituição infantil e juvenil recoloca a aceleração da crise capitalista, da

intensificação da exploração do trabalho e desmoroamento de parte da família operária e camponesa. A prostituição é um recurso de sobrevivência da mulher, que a coloca numa aguda situação de bárbara opressão social.

O tráfico de mulheres, por outro lado, vem se tornando um bom negócio para as quadrilhas. Cada vez mais a prostituição deixa de lado a antiga aparência de marginalidade e ganha valor de mercado. Integram-se numa mesma rede, a prostituição, o tráfico de drogas, o jogo, a exploração policial e todo o tipo de marginalidade. Esse fenômeno so-

cial expressa a economia capitalista de exploração do trabalho, que torna mercadoria tudo aquilo que dê lucro. A prostituição é uma "mercadoria" especial. Primeiro, a venda do corpo pela própria mulher por um tempo determinado de uso. Depois, a exploração de terceiros, a ponto de se sequestrar meninas de suas famílias e colocá-las à venda nos prostíbulo.

As denúncias de assassinatos de adolescentes prostituídas nos garimpos é o exemplo extremo da opressão sobre a mulher. Quando verificamos que as crises econômicas agravam a prostituição, encon-



tramos a ampliação do desemprego, o rebaixamento do salário, a expulsão de camponeses das terras. O mesmo ocorre com milhares e milhares de crianças de rua que povoam todos os grandes centros urbanos do país. O abandono de filhos pelos pais empobrecidos e desagregados pela miséria alimenta o crescimento da prostituição. Os dados mais recentes do IBGE mostram que existem milhares de lares sustentados somente pela mulher. E estas sofrem uma drástica diferenciação salarial, ganhando muito abaixo do trabalho masculino, que também é arrojado constantemente. Sem falar no assédio e coação sexual que exercem os chefes e colegas sobre outras trabalhadoras em seus locais de trabalho. A dupla jornada de trabalho (trabalho fora e em casa) que esgota fisicamente a mulher parece muito normal no capitalismo, frente à violência da prostituição.

A esterilização forçada de mulheres e as mortes pelo aborto clandestino e mal assistido também é

manifestação da mesma fonte de opressão. A maternidade é uma faculdade natural da mulher, que se choca com a exploração do trabalho e a pobreza imposta pelos donos dos meios de produção (capitalistas). Falamos, certamente, das mulheres operárias, camponesas, que carregam o peso da exploração do trabalho e do desemprego.

Frente à esta realidade, as festas e os atos inócuos fazem do Dia da Mulher um momento de lamentações e demagogia faminta da pequena burguesia. A luta da mulher e suas reivindicações são parte do movimento operário e camponês, que se contrapõem à opressão econômica e social do capitalismo. A defesa da redução da jornada de trabalho, do emprego a todos, do salário mínimo real, da escala móvel dos reajustes, do fim das discriminações, moradia, saúde, educação e terra aos camponeses deve se unir às bandeiras de defesa da maternidade, do direito ao aborto gratuito sustentado pelo Estado, da saúde feminina etc.

O problema da mulher é o de todo o movimento operário e camponês. Por isso, uma das tarefas das massas femininas é a de se integrarem na luta política contra o capitalismo. Nenhum de seus problemas fundamentais serão resolvidos, como o da prostituição, neste sistema econômico. Pelo contrário, os fatos indicam o agravamento. Todo o nosso trabalho político e energia deverão se concentrar em torno da tarefa da revolução proletária. Para isso é necessário construir o partido operário revolucionário. Nele as mulheres proletárias, camponesas e da classe média urbana arruinada poderão militar a favor do fim da opressão sobre a mulher, que virá com o fim de toda a opressão social.

Nacional

## Frente Revolucionária prossegue curso

A Frente Revolucionária realiza um curso de formação política sobre os 4 Primeiros Congressos da Internacional Comunista. No dia 6 de março discutiu as Teses sobre a estrutura, os métodos e a ação dos Partidos Comunistas. Foram destacados os seguintes pontos:

### 1. Importância do Partido

O Partido Comunista deve ser a vanguarda, o exército dirigente do proletariado. O Partido é a fração dirigente da classe operária, isto é, sua fração consciente. Portanto, o Partido é a força organizada e política, que dirige a classe para a revolução. O Partido será uma fração minoritária da classe operária. O Partido não se confunde com a própria classe. A classe operária é heterogênea e por isso só uma fração da classe é o destacamento consciente, ou seja, a direção da classe.

Não existe uma forma de organização imutável. As particularidades históricas de cada país determinam formas especiais de organização para o partido. Po-

rém, as semelhanças das condições da luta proletária nos diferentes países é o que proporciona a base comum para a organização dos Partidos Comunistas de todos os países. O que é comum à maioria dos Partidos Comunistas é o dever de combater a burguesia que está no poder.

Para dirigir as massas, o Partido tem a necessidade de uma boa direção. Uma boa direção supõe a mais estreita vinculação com as massas proletárias.

O Partido Comunista não é apenas necessário à classe operária antes e durante a conquista do poder, mas sua existência é essencial enquanto existir as classes sociais. Ou seja, a necessidade do partido político do proletariado só desaparecerá com a abolição total das classes sociais.

O Partido se constrói em torno de um programa. Este contém as leis históricas da revolução proletária.

### 2. Centralismo Democrático

Um dos elementos fundamen-

tais da estruturação do Partido é o centralismo democrático. Este é essencial para a organização do Partido e para o seu próprio desenvolvimento.

A centralização democrática deve ser a síntese, ou seja, a fusão da centralização e da democracia proletária. A centralização é fundamental para que haja a unidade na ação, mas para que exista o centralismo é preciso que ocorra a mais ampla democracia interna.

A centralização não deve ser formal e nem mecânica. Uma centralização formal significaria a centralização do poder nas mãos de uma burocracia. Para que a centralização se converta em um fato real é preciso que sua realização se faça de tal forma que



Frente Revolucionária

signifique para os membros do partido um fortalecimento e um desenvolvimento de sua atividade e de sua combatividade comum. A própria luta de classe exige a centralização.

O centralismo democrático possibilita a elevação política dos militantes e a elaboração coletiva do Partido. Sem a centralização e sem a democracia interna não se organiza o Partido dirigente do proletariado, pois não há unidade externa nem o direito de discussão e discordância interna, tão necessários para o desenvolvimento do Partido da Revolução.

### 3. O Trabalho Partidário

A primeira condição para a realização do Programa é a mobilização de todos os militantes no trabalho cotidiano permanente. Deve exigir de todos, que figuram em suas fileiras, que ponham à disposição do partido sua força e seu tempo. Todo membro do Partido deve ser incorporado a um pequeno grupo de trabalho: em um comitê, comissão, local de trabalho, escola ou uma célula.

É necessário criar as células comunistas para o trabalho cotidiano. As células comunistas são grupos destinados ao trabalho nas empresas e nas fábricas, nos sindicatos, associações proletárias etc. É através das células que o Partido penetra no interior da classe operária levando o Programa, ou seja, os objetivos históricos do proletariado. É através

do trabalho cotidiano e sistemático das células que o Partido se desenvolve.

As células devem funcionar regularmente. Cabe à direção do partido não só vigiar para que todos os camaradas estejam ocupados, mas também ajudá-los a dirigir o trabalho de acordo com o plano estabelecido. Cada célula deve apresentar informes ao órgão do Partido. A prestação de contas é um dos deveres indispensáveis e deve ser realizada regularmente.

### 4. Propaganda e Agitação

É através da propaganda e agitação que o Partido penetra nos movimentos. É necessário realizar a agitação entre as massas proletárias de tal modo que os operários reconheçam o Partido como aquele que deve dirigir seu próprio movimento. Para isso, os comunistas devem participar em todos os combates espontâneos, em todos os movimentos da classe operária e tomar a defesa dos interesses dos operários.

Os comunistas devem aprender a atrair os operários não organizados e indiferentes para a órbita do Partido. A propaganda intensa das idéias revolucionárias através da organização de centros de informação, debates etc é fundamental para a penetração das idéias marxistas no seio do proletariado.

### 5. Organização das lutas

Um Partido Comunista em nenhuma circunstância pode permanecer inativo. Assim que o Partido tome uma decisão, frente a qualquer situação, deve mobilizar energicamente todos os seus militantes.

### 6. Imprensa

Um jornal comunista nunca deve ser converter em uma empresa capitalista. Deve ser independente das instituições do Estado burguês. Um jornal comunista deve defender os interesses dos operários oprimidos. Deve ser o nosso melhor propagandista e agitador.

O jornal é o propagador da estratégia e das táticas do Partido revolucionário. É também o organizador coletivo, pois é através do jornal que a vanguarda mais consciente se aproxima das idéias marxistas.

### 7. Estrutura

O Partido está estruturado em células. Os militantes se organizam nas células. Estas são formadas nos locais de trabalho, escolas, bairros e no campo. É dever de todo militante participar das atividades do partido, assimilar e levar para a classe o programa e cotizar regularmente com o partido.

O Comitê Central do Partido é responsável perante o Congresso do Partido e frente à direção da Internacional comunista. Seus membros são eleitos pelo Congresso do Partido.

Em determinadas circunstâncias pode-se criar direções especiais para certos setores. Estas direções especiais estão submetidas à direção Central ou ao Comitê Central.

A direção Central do Partido, assim como a da Internacional Comunista, tem o direito de exigir a todo momento, informações completas de todas as organizações comunistas, de seus comitês e de seus diferentes militantes.

### 8. Trabalho legal e trabalho ilegal

O Partido deve estar organizado de tal forma que possa adaptar-se rapidamente às modificações das condições da luta. Os comunistas devem realizar seu trabalho revolucionário preparatório em todas as situações. Mesmo nos momentos de não repressão direta (ditadura militar), o Partido deve atuar na legalidade e também na ilegalidade. A combinação do trabalho legal e ilegal é fundamental para o desenvolvimento do Partido Revolucionário.

Finalmente, destacou-se que o Partido é o estado maior da revolução proletária. Para cumprir os seus objetivos históricos é necessário que seja internacionalista.





Reproduziremos um artigo publicado em 8 de dezembro de 1937 por Trotsky sobre o problema do centralismo democrático, como contribuição ao debate na Frente Revolucionária.

## "Sobre o Centralismo Democrático Um pouco de palavras sobre o regime do partido

Aos diretores da Socialist Appel

Durante os últimos meses recebi cartas com referência ao regime interno de um partido revolucionário de vários camaradas aparentemente jovens e quais não os conheço. Algumas dessas cartas se queixam da "falta de democracia" em sua organização, do domínio dos "dirigentes" e coisas do estilo. Camaradas individuais me pedem que dê uma "fórmula clara e exata sobre centralismo democrático" que impediria falsas interpretações.

Não é fácil contestar estas cartas. Nenhum de meus correspondentes trata de demonstrar clara e concretamente com exemplos atuais onde há a violação da democracia. Por outro lado, quanto a mim, uma testemunha, posso julgar com base em seu jornal e seus boletins que a discussão em sua organização se dirige com liberdade total. Os boletins estão elaborados principalmente por representantes de uma pequeníssima minoria. Disseram-me que o mesmo sucede em suas reuniões para discutir. As decisões não tem sido tomadas todavia. Evidentemente tramitaram através de uma conferência escolhida livremente. No que então poderia ter-se manifestado as violações da democracia? Isto é difícil de entender. Algumas vezes ao julgar pelos tons das cartas, isto é, pelo caráter amorfo de suas queixas, me parece que aqueles que se queixam estão simplesmente descontentes com o fato de que apesar da democracia existente, eles evidenciam ser uma pequena minoria. Através de minha própria experiência se é que isto é desagradável. Mas onde está a violação da democracia?

Tão pouco penso que possa dar uma fórmula tal sobre centralismo democrático que "de uma vez por todas" elimine os mal entendidos e falsas interpretações. Um partido é um organismo ativo. Se desenvolve na luta contra obstáculos exteriores e contradições internas. A decomposição maligna da II Internacional e a III Internacional sob as condições severas da época imperialista cria para a Quarta Internacional dificuldades sem precedentes na história. Não se pode triunfar sobre elas com certo tipo de fórmula mágica. O regime de um partido não cai do céu, mas sim

que se forma gradualmente na luta. A linha política predomina sobre o regime; em primeiro lugar, é necessário definir problemas estratégicos e métodos táticos corretamente com o fim de resolvê-los. As formas organizativas deveriam corresponder a estratégia e a tática. Somente uma política correta pode garantir um regime partidário saudável. Entende-se que isto não significa que o desenvolvimento do partido não dará lugar a tais problemas de organização. Porém implica que a fórmula para um centralismo democrático deve encontrar inevitavelmente uma expressão diferente nos partidos de diversos países e em distintos estados de desenvolvimento de um mesmo partido.

A democracia e o centralismo não se encontram em absoluto em uma proporção invariável de um com o outro. Tudo depende de circunstâncias concretas, da situação política do país, da força e experiência do partido, do nível geral de seus membros, da autoridade que as diretivas tem conseguido ganhar. Antes de uma conferência, quando o problema consiste em formular uma linha política para o próximo período, a democracia triunfa sobre o centralismo. Mas quando se trata da ação política, o centralismo subordina a democracia.

Esta afirma de novo seus direitos quando o partido sente a necessidade de examinar criticamente suas próprias ações. O equilíbrio entre a democracia e o centralismo se estabelece na luta atual, em certos momentos é violado e logo se restabelece de novo. A maturidade de cada membro do partido se expressa particularmente no fato de que não exige do regime partidário mais do que este possa dar. A pessoa que define sua atitude para o partido pelos golpes pessoais que lhes dão no nariz é um pobre revolucionário. É necessário, portanto, lutar contra todos os erros individuais dos dirigentes, toda injustiça, etc. Mas é necessário determinar estas "injustiças" e "erros" não neles mesmos mas sim na conexão com o desenvolvimento geral do partido em escala nacional e internacional. Um juízo correto e um sentido das proporções em política são extremamente importantes.

A pessoa que tem propensão para fazer uma montanha de um grão de

areia pode causar muito dano ao partido e a si mesmo. A desgraça de gentes como Oehler, Field, Weisbord e outros consiste em sua falta de sentido das proporções.

No momento não são poucos os meios revolucionários onde há homens rendidos de cansaço pelas derrotas, temendo as dificuldades; homens jovens prematuramente envelhecidos, que têm mais dúvidas e pretensões que vontade de lutar. Em vez de analisar em essência e seriamente os problemas políticos, tais indivíduos buscam panacéias, se queixam o tempo todo do "regime", exigem maravilhas das direções, ou tratam de ensurdecer seu ceticismo interior com um palavreado ultraesquerdista. Temo-me que não saiam revolucionários de tais elementos. Não duvido por outra parte, que a nova geração de trabalhadores será capaz de avaliar o conteúdo estratégico e programático da IV Internacional e se reunirão sob sua bandeira em número ainda maior. Cada revolucionário real que nota os equívocos do regime partidário, deve antes de tudo dizer-se: "Devemos trazer ao partido uma dezena de novos trabalhadores!" "Os jovens trabalhadores devem chamar a ordem aos céticos, os pessimistas e os traficantes de queixas. Só assim se estabelecerá um regime partidário saudável nas seções da IV Internacional".

(Extraído de "Escritos", tomo IX- 1937-38 de León Trotsky)

Frente Revolucionária



## Sobre o governo revolucionário dos trabalhadores - Parte III

Frente Revolucionária



Afirmamos no jornal Massas 65: "Os redatores do PLP se apegam à formalidade da estratégia do governo dos trabalhadores, desconsiderando a nossa crítica de que tal fórmula governamental dilui o caráter de classe desse tipo de governo e as relações de classe concretas na estrutura capitalista do país". A citação de que Trotsky, em 1915, no artigo "Luta pelo Poder" se refere a um "governo revolucionário dos trabalhadores", como expressão da tomada do poder pelo proletariado só tem sentido na caracterização concreta das classes no Brasil. Quando fixamos a forma de governo operário e camponês, extraímos de uma aliança necessária das classes oprimidas, porém distintas.

A clareza da mecânica das classes é fundamental para o programa da revolução, em resumo para a estratégia da ditadura proletária. Nesse sentido procuramos evitar qualquer discussão caprichosa e sectária com o PLP. O equívoco dos companheiros se revela justamente quando procuram descer ao concreto das caracterizações. Referimo-nos à afirmação de que "o conceito de trabalhadores engloba aqueles que vivem do trabalho, como proletários, camponeses pobres e assalariados em geral". E conclui que "tal conceito auxilia a unidade de todos, que vivem do trabalho e que são explorados ou oprimidos pelo capital".

O essencial para a caracterização é o que

distingue as classes oprimidas (operários e camponeses) e não o que os identifica, como fato de "viverem do trabalho" ou de serem oprimidos. Sem dúvida essa identidade é que dá o caráter revolucionário da aliança operária e camponesa, por estar em choque irreconciliável com o capital e permitir a destruição do poder burguês. Mas a diferença é decisiva do ponto de vista da estratégia socialista. O campesinato pobre não deixa de ser dono dos meios de produção, entre eles a terra. Na sua luta de resistência contra os latifundiários vorazes e contra sua proletarianização, aspira a manutenção da propriedade privada.

A bandeira da reforma agrária, que interessa a uma multidão de sem-terras, não é uma tarefa democrático-burguesa? Está provado historicamente que o capitalismo, na época imperialista e de desintegração, não pode resolvê-la. Pelo contrário, esmaga os camponeses (minifundiários, posseiros), expulsando-os e expulsando-os das terras. Nem por isso os camponeses deixaram de aspirar o acesso às terras dos latifundiários. Por isso o proletariado está obrigado a incorporá-la como tarefa transitória da revolução.

Tomando o problema das classes por esse lado, podemos reconhecer que o governo operário e camponês responde precisamente à hegemonia do proletariado como classe revolucionária socialista, pelo seu lugar que ocupa nas relações de produção. A posição dos camponeses não coincide com a do proletariado, para ser confundidos com o conceito geral de trabalhadores. Não temos em mãos o texto de 1915 de Trotsky, mas em suas formulações em torno da formação de um partido operário, baseado nos sindicatos, nos EUA, em 1938, refere-se a "um governo de trabalhadores e camponeses" (tradução da Kairós editora - é evidente que nesse caso se refere ao governo operário e camponês). Em determinado momento utiliza-se da expressão de partido operário e partido dos trabalhadores, inclusive "classe trabalhadora". De forma nenhuma, entretanto, confunde ou dilui a diferenciação do proletariado das de-

mais classes oprimidas (camponeses, classe média urbana). Se há um ponto programático tratado com extremo rigor é a forma de governo que encarna a ditadura do proletariado.

No Programa de Transição crítica o estalinismo por utilizar o conteúdo ultrapassado da ditadura democrática dos operários e camponeses para qualificar o governo operário e camponês. Em inúmeras situações, Trotsky combate o conteúdo democratizante da estratégia estalinista de governo operário e camponês. É verdade a afirmação do PLP de que as correntes revisionistas deformam inclusive a fórmula governamental operário e camponesa. Mas isso não nos autoriza, com o argumento de que o que vale é o programa, escolher qualquer fórmula governamental, desde que signifique a ditadura do proletariado. Isto porque o governo da revolução será encarnado pelo proletariado e não por uma unidade difusa de trabalhadores, como o PLP pretende explicar (o governo dos trabalhadores facilita a unidade, no dizer do PLP). Ao se referir a outras correntes, explica que Causa Operária defende o governo operário e camponês, entretanto desenvolve uma política democratizante. É preciso que se diga que esta corrente, quando militava no PT, adotou a bandeira de governo dos trabalhadores, igualzinho à Convergência Socialista. E por quê?

Uma das razões está em que não se apóia programaticamente na caracterização da mecânica das classes e, também por outras razões, se adaptou ao exitismo eleitoral. O que lhe permitiu fazer campanha eleitoral com a palavra de ordem de Governo dos Trabalhadores de Lula. A estratégia de governo operário e camponês é a própria ditadura do proletariado, materialmente fundamentada na composição de classe do capitalismo atrasado e semicolonial do Brasil. O PLP ainda nos deve uma resposta: Por que se opõe ao governo operário e camponês, adotando a fórmula do governo revolucionário dos trabalhadores? Cremos que o PLP não irá se fundamentar em Trotsky para nos responder.

## A oposição se construirá organizando a classe

Aproximam-se as eleições sindicais. Muitos companheiros esperam a formação da chapa de oposição para tirar a pelegada do sindicato. Esses pelegos se apossaram do sindicato há 30 anos e estão a serviço dos patrões. Nesse momento em que o governo impõe um novo plano econômico, arrochando ainda mais os salários, a diretoria do sindicato nem apareceu nas portas das fábricas. Diante das demissões, essa diretoria defende a não resistência dos operários, como ocorreu na Vicunha II. Como se vê, os "come-dorme" utilizam o sindicato como um meio de vida, desmoralizando um organismo de luta da classe.

Para derrubar esses traidores da classe, que se apoderaram do sindicato, é necessário a organização de uma oposição enraizada nas fábricas e com um programa que encarne as reivindi-

cações mais sentidas. Portanto, uma oposição que defenda a independência do sindicato dos patrões e do governo. Ou seja, que coloque o sindicato a serviço dos interesses dos trabalhadores.

Muitos companheiros ainda não entendem que não basta a formação de uma chapa de oposição para disputar as eleições. É preciso que a Oposição seja de fato a expressão viva da luta contra a burocratização do sindicato e da prática dos métodos próprios dos trabalhadores. É nesse sentido, que a "Oposição Têxteis da CUT" vem organizando os grupos de fábrica, que deverão ter como objetivo a formação das comissões de fábrica. Estes grupos devem responder aos problemas das fábricas, criados pelos patrões na sua sede de lucros e que vem acarretando demissões, arrocho e piores condições de trabalho.

Alguns operários não vêm importância na organização da Oposição no interior das fábricas e assim não organizam os grupos por fábrica. Esperam que tudo caia do céu. Quem lucra com isso são os pelegos da diretoria, que permanecerão mais tempo em poder de nosso sindicato.

A "Oposição Têxteis da CUT" chama os companheiros para discutir e organizar um forte movimento para pôr fim de fato no mandato de 30 anos dessa diretoria vendida. Estaremos, no próximo número, discutindo os pontos para o programa classista da oposição.

### Londrina- Paraná

## Abaixo a Repressão na Universidade de Londrina (UEL)

Nas eleições para a chefia de Departamento e Colegiado do curso de Serviço Social, a professora eleita contou com o repúdio majoritário dos estudantes e 50% dos professores. Isto foi possível porque a eleição estatutária (oficial) é a que se realiza apenas entre os professores do Departamento e mais dois estudantes. Desta forma, a professora eleita na cúpula burocrática não tem nenhuma relação com as bases estudantis da Universidade. Os departamentos e o colegiado são parte da estrutura burocrática da Universidade. As eleições não só não passam de formalidade pseudo-democrática como são meros instrumentos dos setores mais conservadores e reacionários. O questionamento pelos estudantes da farsa eleitoral desencadeou a repressão da burocracia. Bastou que realizassem uma manifestação com cartazes em

frente ao departamento para que estes fossem apreendidos e utilizados como instrumento de abertura de processo administrativo.

O objetivo da repressão é o de intimidar o nascente movimento estudantil, que não mais está admitindo as arbitrariedades da burocracia universitária e a destruição das condições básicas do ensino público e gratuito. Os estudantes começam a ver pela experiência de luta que a "democracia universitária" controlada pela reitoria, pelos órgãos institucionais e, finalmente, pelo Estado burguês jogam contra a verdadeira expressão da maioria coletiva.

A base da verdadeira democracia universitária está nas assembleias, como a realizada para aprovar o rechaço à farsa eleitoral. Trata-se de defender a Autonomia Universitária, que significa libertar a escola do controle

governamental e da burocracia acadêmica, impondo o controle estudantil-docente-funcionário. Somente assim as eleições poderão representar a vontade e a soberania da maioria.

Agora, com o início das aulas, a tarefa imediata colocada é a de sair em defesa dos estudantes processados, convocar assembleias, estender o movimento e levantar um plano de reivindicações estudantis. É necessário construir na UEL a Corrente Proletária Estudantil, que expresse um programa de combate.

### Educação - SP

## Governo aumenta o número de alunos por sala

Fleury determinou, no primeiro grau, 35 alunos no mínimo por sala. O que significa que desde o Ciclo Básico até a oitava série as classes deverão funcionar a partir desse contingente.

O resultado dessa política foi a existência de classes abarrotadas de alunos e várias ociosas. Essa medida também obrigou a transferência de alunos para outras escolas, muitas vezes distantes de suas casas ou locais de trabalho.

Qual é o objetivo do governo? Sem dúvida, reduzir ainda mais as despesas com a educação. Ao cortar

o número de salas de aulas, o governo desemprega uma parte do professorado e funcionários de escola. Não é por acaso que extinguiu a Prodempar e demitiu todos os funcionários contratos por esse regime de trabalho.

A qualidade do ensino, que é extremamente baixa, se vê mais assolada. Como alfabetizar crianças com classes repletas? Impossível. O resultado será o aumento do número dos semianalfabetos (aqueles que passam pela escola, mas que não são capazes de redigir nem uma carta simples).

Esta medida imposta por Fleury é fruto da decomposição do regime capitalista. Ao invés de desenvolver a educação, os governos são obrigados a destruir parte dela ao mesmo tempo que destrói forças produtivas. A privatização dos serviços públicos, saúde e educação, é a meta da política neoliberal. Fleury nada mais faz do que praticar o neoliberalismo. Reduzindo os

Movimento Operário



Educação

gastos com a educação, como ocorre com o fechamento de salas de aula e demissão de funcionários públicos, possibilita aos cofres do Estado o pagamento das dívidas (interna e externa).

Para o governo do Estado mais rico da Federação, tal medida possibilitou resolver o problema de falta de professores. Pois, além de cobrir a ausência de professores na rede pública, também ocasionou a forma-

## Educação



Fleury concederá 81% de reajuste nos salários dos professores. A primeira vista poderá parecer um bom reajuste, porém não cobrirá nem mesmo a inflação do seu período de governo. Na verdade, a situação do professorado pouco modificará, pois o arrocho é extremamente grande. O aumento de 30% oferecido no mês de fevereiro ficou longe da inflação de mais de 40%. Sem dizer que a cesta básica subiu 55% e o transporte, aluguel

ção de uma exército de reserva (professores adidos (sem sala) e desempregados). Num regime de exploração do trabalho, a formação dessa camada é fundamental para aumentar a superexploração. Certamente, a utilizará nos momentos de greve, como a que ocorreu no ano passado. Basta lembrar das velhas ameaças de punição aos grevistas e as promessas de contratação. Cada vez que ameaçava, o governo se desmoralizava porque não havia professores disponíveis. Agora, busca, através dessa medida, dar um pri-

meiro passo na solução desse problema.

A Apeoesp não poderá ficar calada diante de tamanha arbitrariedade do governo. A simples denúncia do fato não fará Fleury recuar. É preciso organizar as escolas para a luta contra essas medidas governamentais. Para isso, é fundamental a unidade com os alunos e pais, pois são diretamente atingidos. A assembleia do dia 18 de março deverá aprovar formas concretas de mobilização.

## Campanha Salarial

### O governo impõe a conversão dos salários em URV: não aceitemos mais perdas!

e remédios estão muito acima da inflação mensal. O piso salarial não atingiu 2 salários mínimos. Como vemos, se torna cada vez mais difícil sobreviver com o salário de um professor.

Com o novo Plano econômico, Fleury converterá os mínguaos salários em URV. Faz demagogia que converterá os salários no pico, diferentemente de outras categorias que farão pela média dos últimos 4 meses. O que ele não diz é que o pico é justamente o fundo do poço. Certamente ocorrerão perdas com tal conversão, pois partirá do princípio que não há reposição além dos 81%. Apagará com uma só pincelada as enormes perdas passadas, con-

vertendo os salários em URV. Apartir daí só depois de um ano será possível rever algum resíduo.

Como se vê, Fleury atacará durante o magistério. A Apeoesp necessita organizar desde já a resposta coletiva da classe. Nada de retomar as negociações com os empresários (Fiesp) e todos aqueles que defendem a escola privada, como pretende a diretoria da Apeoesp. Esta experiência o magistério repudiou com a greve de 79 dias no ano passado. É hora de preparar decididamente a classe para um movimento grevista forte contra esse governo truculento e demagogo. É hora de organizar os professores para a greve geral por tempo indeterminado.

## Saúde

### Doenças se proliferam

Estamos assistindo a volta de várias doenças contagiosas no Estado de São Paulo. Uma delas é a leptospirose, causada pelo contato com a urina do rato. Na Zona Leste, depois da enchente do córrego Aricandura, apareceram vários casos de leptospirose.

A prefeitura de São Paulo, dirigida pelo malufismo, não tem feito a limpeza dos córregos e, com isso, a população dos bairros operários está ameaçada por todo tipo de doença.

O movimento de saúde de São Paulo se encontra muito limitado às questões hospitalares e postos de saúde. Não tem organizado a campanha de rua contra os problemas infec-

to-contagiosos que afligem a população dos bairros mais carentes. Na Zona Leste, particularmente na região do córrego Aricandura e dos bairros ligados a São Mateus a situação é desesperadora. A falta de saneamento básico tem provocado a leptospirose. A mobilização dos moradores e a unidade de todos os movimentos de saúde são fundamentais para enfrentar os governos (Maluf e Fleury). A simples denúncia, sem a ação direta da população, não arrancará vitórias, pois o governo está voltado a atender os bairros mais abastados. Com certeza, nestes não há leptospirose nem falta de saneamento.

#### Jardim Santo André

O Conselho de Saúde esteve, esta semana, numa das ruas do Jardim Santo André e comprovou a situação calamitosa que enfrenta os moradores. Nesta rua existe um córrego que se tornou um esgoto aberto. Há mais de

10 anos a população vem lutando para a sua canalização. Até hoje nada de concreto foi obtido.

Os moradores já recorreram à administração regional (prefeitura) na época do PT e de outros governos e só receberam promessas. Hoje, o problema se agravou e a proliferação de ratos é muito grande. Estes chegam a entrar nas casas, ameaçando a população com a leptospirose.

Os moradores defendem a luta pela canalização do córrego e todo tipo de saneamento básico necessário à saúde dos trabalhadores. A experiência demonstrou que não basta percorrer os gabinetes dos administradores. É preciso organizar a população para exigir do governo as promessas. Por outro lado, ficou também demonstrado que isoladamente é muito difícil conseguir as reivindicações e, por isso, estão dispostos a procurar outros bairros, para organizar as mobilizações de rua em defesa das condições mínimas de sobrevivência, entre elas a saúde.

## Denúncia

# Reúne-se o Comitê de Enlace

No dia 12 de fevereiro de 1994 realizou-se a reunião da direção do Comitê de Enlace. Os temas tratados foram: a preparação do Congresso Internacional a ser realizada em julho deste ano; as Campanhas Internacionais e Revista Proletária nº2.

Sobre o Congresso Internacional: foi fixada a última semana de julho para a sua realização. Nela se discutirá a Tese Políticas que servirá de norte para as diferentes seções nacionais.

Sobre as Campanhas Internacionais: reproduziremos abaixo as principais resoluções:

a) Têm importância os acontecimentos revolucionários de Chiapas. A direção está de acordo com a caracterização feita pelo camarada Guilherme Lora nas duas Colmenas. Trata-se de se fazer uma campanha contra a repressão militar aos camponeses e a guerrilha. Cabe ao trotsquismo fazer a defesa do método da guerrilha, distinta do foquismo, ou seja, da derrubada violenta do poder burguês pelas massas armadas. Ao mesmo tempo, demonstrar os limites da guerrilha camponesa encabeçada pelo exército Zapatista. Coloca-se a defesa da aliança operária e camponesa, que conduza a revolução e ditadura proletárias. Aprovou-se transformar as duas Colmenas em um folheto do Comitê de Enlace, através do qual as se-

ções farão a campanha internacional.

b) Iugoslávia: a divisão interimperalista tem impedido que se faça uma intervenção bélica na guerra civil deste país, como ocorreu na Somália, Oriente Médio etc. Entretanto, neste momento, o governo norte-americano procura negociar com o imperialismo europeu uma forma de finalmente enviar tropas. As tendências intervencionistas são próprias da situação de desagregação mundial do capitalismo na sua fase imperialista. A defesa da auto-determinação das nações oprimidas contra o intervencionismo é parte da política revolucionária do proletariado mundial. O domínio direto das forças militares das potências objetiva submeter totalmente a Iugoslávia que caminha para a restauração capitalista, como na Rússia, Leste Europeu, China, Vietnã e Cuba. Trata-se do Comitê de Enlace trabalhar concretamente em cada país a luta antiimperialista, colocando-se contra o intervencionismo e pela autodeterminação da Iugoslávia.

c) Bolívia: a luta de classe vem se agudizando por todo o país através de greves, manifestações, bloqueios etc. Há uma tendência das massas se unificarem numa só força contra o governo Goni-Patíño. Isto indica que a situação revolucionária tende a evoluir qualitativamente para uma situação insurrecional. É tarefa fundamental do POR

tornar-se dirigente físico da maioria nacional oprimida. Neste sentido, ganha importância excepcional os problemas organizativos, que permitem o partido se agigantar como estado maior da revolução proletária. Dado que o POR se constitui no único partido capaz de cumprir esta tarefa, está na mira da repressão. Por todas essas razões, ganha importância a campanha internacional em defesa da revolução proletária na Bolívia.

A Revista Proletária nº 2 sairá dentre alguns dias. Nesta edição se encontrará um abundante material sobre os problemas nacionais e particularmente sobre o momento e os problemas que enfrenta o trotsquismo bolivianos. Também conterà dois textos sobre o Brasil: A Crise do Estado e As Classes Sociais no Brasil. Os companheiros interessados na aquisição da Revista do Comitê de Enlace (números 1 e 2) deverão entrar em contato com os militantes do POR.

Internacional



## Bolívia

### A situação revolucionária aponta para a insurreição

#### Potenciar organizativamente o POR a fim de que cumpra o papel de direção da nação oprimida

A Conferência Nacional 1994 do POR, realizada em 13 de fevereiro do presente ano, momento em que se arma no ambiente a necessidade de dar uma resposta concreta à urgência de se acomodar sua política à própria evolução das massas, aprovou uma resolução político-organizativa que coloca fundamentalmente o seguinte:

1. O país é cenário de grandes mobilizações dos setores sociais contra a política global do governo pró-imperialista. Trata-se de um acelerado avanço da situação revolucionária que se projeta à insurreição e que tem levado a um primeiro plano a política revolucionária do proletariado. Um fator excepcional no país é a trotsquização de sua cultura, de sua história e do próprio sindicalismo.

2. A transformação da situação revolucionária em insurrecional levará, em seu ponto mais elevado, ao esgotamento da luta instintiva das massas e a superação desta na atividade partidária, política, consciente, planejada, ações que caracterizam a luta insurrecional ou militar que conduz à conquista do poder.

Nesse momento a atividade do partido se torna prioritária e se apresenta como a expressão acabada da cons-

ciência de classe. Por tais razões, o problema organizativo se torna prioritário, porque sem este não poderia expressar-se a consciência de classe, a política revolucionária do proletariado.

3. A tarefa agora é lançar-se aceleradamente ainda que planejadamente para a penetração no seio das massas, única atividade que pode permitir aos militantes descobrir os problemas que colocam os explorados e oprimidos e expressar sua solução política com ajuda do materialismo histórico, tudo no sentido de converter o POR na direção física da nação oprimida.

4. É agora quando se deve resolver as condições necessárias para conseguir o armamento das massas. O partido concretiza e leva adiante a política militar do proletariado. A urgência é ganhar o melhor das forças armadas e da polícia, os seus elementos jovens, valentes, honestos, inteligentes para o programa da revolução, combatendo, ao mesmo tempo os setores corruptos, gorilas-fascistas, narcotraficantes etc. A regra consiste em que os efetivos da revolução consigam abrir os arsenais dos quartéis para que o povo possa armar-se. A divisão dos organismos coercitivos, verdadeiros pilares de sustentação do regime social imperante é

um dos objetivos da política militar do proletariado.

É tarefa do partido potenciar a corrente revolucionária das FFAA e da instituição policial, através da propaganda, da polémica ao redor dos objetivos do programa da revolução proletária e do governo operário-camponês.

5. Em resumo, o trabalho atual do POR se encaminha a preparar-se a fundo para cumprir sua função nesta etapa de transição da situação revolucionária à insurrecional e nesta deve jogar adequadamente o papel do Estado maior do exército revolucionário chamado a tomar fisicamente o poder. Tudo o que se faz deve estar subordinado a esta finalidade estratégica.

(Extraído do Jornal Massas nº 1372 - Órgão Central do Partido Revolucionário - Bolívia)

# Massacre de Palestinos agrava conflito no Oriente Médio

O assassinato de 59 palestinos numa mesquita em Hebron coloca em xeque o acordo de "paz" assinado recentemente entre Israel e a OLP. O massacre ocorreu no último

dia 25 de fevereiro, e inicialmente foi atribuído a um americano judeu, membro de um grupo racista radical judeu. Posteriormente, admitiu-se a possibilidade de que estiveram envolvidos no massacre cerca de dez homens. Seguiu-se ao assassinato uma onda de protestos, greve geral e atentados palestinos contra o governo israelense.

O acordo entre Israel e a OLP foi na verdade uma rendição da direção palestina a Israel - desarmamento e recusa da violência -, que em troca comprometeu-se a conceder uma faixa de terra aos palestinos, que abrange Gaza e Jericó. O prazo para a retirada das tropas israelenses foi fixado em 15 de abril, mas até o momento nenhum movimento foi feito nesse sentido. O acordo desagradou grupos radicais israelenses e palestinos. Os palestinos enxergam no acordo a rendição e negam-se a permanecer sob a opressão nacional de Israel. Os grupos di-

reitistas judeus negam-se a se retirar da área ocupada e entendem que nenhuma concessão deve ser feita aos palestinos.

O governo israelense mantém o controle sobre os chamados "territórios ocupados", que compõem a Palestina. Na área destinada no acordo aos palestinos, Israel continua reprimindo a maioria árabe e dá todas as condições para a ação de grupos radicais anti-palestinos. O direito de judeus permanecerem legalmente armados, negado aos palestinos, é um exemplo disso. A ação de Israel indica a pretensão de manter o domínio sobre os territórios ocupados, e para isso falseia a necessidade de permanência de tropas armadas para "manter a ordem".

A direção da OLP, que já traiu o movimento de libertação nacional ao render-se aos judeus, reivindicou a intervenção de tropas das nações unidas para assegurar o cumprimento do acordo e impedir as ações militares de ambos os lados. O que significaria submeter a região ao controle direto do imperialismo americano. Israel rejeitou a proposta, porque poderia agravar ainda mais a resistência árabe.

Israel é um enclave imperialista no Oriente Médio. Sua fundação em 1949 atendia às necessidades de americanos e europeus em estabelecer um ponto de apoio para submeter o Oriente Médio, que tem importância estratégica para as potências imperialistas pela produção de petróleo da região. O conflito que tem aparência de conflito étnico ou religioso é na verdade um conflito ao redor da opressão nacional. A luta dos palestinos é semelhante à

luta que os curdos travam para terem o direito de se constituírem em nação independente.

Os marxistas se colocam mundialmente partindo do princípio da existência da luta de classes que se projeta a nível mundial. A burguesia dos países com capitalismo desenvolvido, na época atual em que o capitalismo criou a economia mundial, ultrapassou os limites nacionais e constituiu-se numa classe que exerce sua opressão sobre a grande maioria de nações em todo o planeta. Por isso, o proletariado, classe que não guarda fronteiras nacionais e que luta para construir o socialismo, toma a posição de luta contra o imperialismo em todas as partes do mundo. Sem a derrota do imperialismo em todo o mundo, não poderá existir de fato o socialismo, que necessariamente terá que ser um sistema econômico internacional.

Por isso, coloca-se a defesa dos palestinos, contra a opressão israelense. A defesa da autodeterminação das nações é vista pelos revolucionários como parte da luta pelo fim do capitalismo. Cada derrota do imperialismo será importante na luta por sua destruição. Por outro lado, cada avanço dele em qualquer parte do globo aumentará sua exploração sobre todos os outros países.

As organizações de massa devem se colocar solidárias aos palestinos e reivindicar a retirada israelense e a não intervenção da ONU.

Fora o imperialismo do Oriente Médio!

Todo apoio aos palestinos contra a opressão de Israel!

## Documentos históricos da classe operária

Publicamos abaixo uma nota sobre a Solidariedade Operária, que foi extraída do Jornal Carioca em 1928 e se encontra publicada no livro Movimento Operário no Brasil de Edgard Carone.

### Socorro Proletário

"O Socorro Proletário é uma organização de defesa das vítimas por questões políticas e sociais, da reação burguesa e absolutista.

Aos militantes que caem na luta, sob o guante da tirania e da opressão burguesa, o

Socorro Proletário não pergunta, para socorrê-lo, para ajudá-lo - a que tendência pertence.

O fim fundamental dessa organização é o da assistência moral, material e judiciária a todas as vítimas da luta de classes e o de despertar e desenvolver o princípio de solidariedade universal da massa trabalhadora.

Essa assistência se estende não só individualmente ao lutador que cai, propugnando corajosamente por suas convicções e seus ideais, como a sua família desprotegida e desamparada, ferida de morte na pessoa de seu chefe".

(Diário Carioca, Rio, 1/8/1928)

